A centralidade da determinação social da saúde e dos direitos humanos no Conselho de Direitos Humanos da ONU

La centralidad de la determinación social de la salud y de los derechos humanos en el Consejo de Derechos Humanos de la ONU

The centrality of the social determination of health and human rights in the United Nations Human Rights Council

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo. A 62ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH) reafirma o papel do sistema internacional na promoção, proteção e monitoramento dos direitos humanos em um contexto de múltiplas crises globais. Este informe aborda resumidamente a dinâmica institucional da sessão, a sessão de abertura e os principais conteúdos do relatório anual do Alto Comissariado, destacando a interdependência entre direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Evidencia-se a centralidade da "determinação social da saúde" como chave analítica, conectando desigualdades estruturais, conflitos, mudanças climáticas e governança econômica aos direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos humanos; Conselho de Direitos Humanos; OHCHR; determinação social da saúde; governança global.

Resumen. *La 62ª Sesión del Consejo de Derechos Humanos (CDH) reafirma el papel del sistema internacional en la promoción, protección y monitoreo de los derechos humanos en un contexto de múltiples crisis globales. Este informe aborda de manera sintética la dinámica institucional de la sesión, la sesión de apertura y los principales contenidos del informe anual del Alto Comisionado, destacando la interdependencia entre los derechos civiles, políticos, económicos, sociales, culturales y ambientales. Se evidencia la centralidad de la "determinación social de la salud" como clave analítica, conectando las desigualdades estructurales, los conflictos, el cambio climático y la gobernanza económica con los derechos humanos.*

Palabras clave*: Derechos humanos; Consejo de Derechos Humanos; OHCHR; determinación social de la salud; gobernanza global.*

Abstract. *he 62nd session of the Human Rights Council (HRC) reaffirms the role of the international system in the promotion, protection, and monitoring of human rights in a context of multiple global crises. This report briefly addresses the institutional dynamics of the session, the opening segment, and the main contents of the High Commissioner's annual report, highlighting the interdependence among civil, political, economic, social, cultural, and environmental rights. It underscores the centrality of the "social determination of health" as an analytical key, linking structural inequalities, conflicts, climate change, and economic governance to human rights.*

Keywords*: Human rights; Human Rights Council; OHCHR; social determination of health; global governance.*

Abertura da 62ª sessão do Conselho de Direitos Humanos

A 62ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), iniciada no dia 15 de junho e que encerrará no dia 10 de julho de 2026, insere-se no calendário regular do principal órgão intergovernamental responsável pela promoção e proteção dos direitos humanos no sistema ONU. Essa sessão ocorre sob a presidência de Sidharto Reza Suryodipuro, da Indonésia, cumprindo uma extensa agenda com debates temáticos, diálogos interativos, relatórios de mecanismos especiais, revisões periódicas universais e eventos paralelos, refletindo a natureza multifacetada da governança global em direitos humanos.

Resumidamente, a dinâmica da sessão organiza-se em uma combinação de segmentos formais — como apresentações de relatórios, debates gerais e adoção de resoluções — e interações substantivas entre Estados, especialistas independentes, organismos internacionais e sociedade civil. O CDH opera, assim, como um espaço híbrido de deliberação normativa, monitoramento e produção de conhecimento, em que se entrelaçam a responsabilização estatal e a construção de agendas globais emergentes. A sessão também mobiliza mecanismos como os procedimentos especiais, os órgãos de tratados e o Exame Periódico Universal (UPR), que de alguma forma, busca manter uma continuidade institucional do sistema.

Na ordem de abertura desta sessão, foi apresentada a comunicação relativa ao processo de seleção e nomeação de especialistas independentes / relatores especiais (*Special Rapporteurs*) do Conselho de Direitos Humanos (CDH), que foi composta inicialmente, a partir de uma lista de candidatos recomendados por um Grupo Consultivo composto por representantes de alto nível das cinco regiões geopolíticas do sistema ONU (Grupo Africano, Grupo Ásia-Pacífico, Grupo América Latina e Caribe, Grupo Europa Ocidental e Outros Estados e Grupo Europa Oriental).

Após entrevistas, consultas e com base nas recomendações do Grupo Consultivo, o Presidente do Conselho identifica um candidato adequado para cada mandato e submete ao Conselho a lista consolidada de nomes.

No contexto da 62ª sessão, o Presidente do CDH indicou três candidatos para quatro mandatos com vacância:

(a) Sra. Bethanie Carney Almroth (Suécia) para o mandato de Relatora Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e do descarte ambientalmente corretos de substâncias e resíduos perigosos;

(b) Sra. Mariângela Simão (Brasil) para o mandato de Relatora Especial sobre o direito de todas as pessoas ao mais alto nível possível de saúde física e mental; e

(c) Sr. Pau Perez Sales (Spain) para o mandato de Relator Especial sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

O mandato para Relator Especial sobre a promoção e a proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão continua sem indicação de candidatos.

A nomeação dos especialistas é formalmente concluída mediante a aprovação dessa lista pelo Conselho, antes do encerramento da sessão. A confirmação da nomeação será publicada nos próximos informes.

Relatório anual do Alto Comissário para os Direitos Humanos

Tradicionalmente, a abertura da sessão regular é marcada pela intervenção do Alto Comissário para os Direitos Humanos, que apresenta o relatório anual e delineia os principais desafios globais. O Alto Comissário destacou um cenário internacional caracterizado por crises interconectadas: conflitos armados prolongados, aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, retração do espaço cívico e erosão de normas multilaterais. .

O relatório anual das atividades do Alto Comissariado oferece uma visão abrangente dos domínios contemporâneos dos direitos humanos, permitindo uma leitura integrada à luz da determinação social da saúde e dos direitos humanos.

Em primeiro lugar, no campo dos **mecanismos internacionais de direitos humanos**, observa-se o papel essencial dos órgãos de tratados, apesar de severas restrições financeiras que resultaram na redução de revisões de Estados e atrasos em comunicações individuais. Esse cenário evidencia como limitações institucionais impactam diretamente o acesso à justiça e a efetividade dos direitos.

No âmbito do Conselho de Direitos Humanos e seus mecanismos, incluindo investigações independentes e a Revisão Periódica Universal (UPR), destaca-se a função de monitoramento e responsabilização em contextos de conflito e violações sistemáticas, além do fortalecimento da participação de países em desenvolvimento. Já os procedimentos especiais ampliam a capilaridade do sistema, atuando por meio de visitas, comunicações e produção normativa, ainda que limitados por restrições orçamentárias.

O eixo de **desenvolvimento** no relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) assume centralidade estratégica ao articular direitos humanos com políticas econômicas, sociais e ambientais, evidenciando sua profunda relação com a determinação social da saúde. Esse eixo está estruturado em diferentes dimensões complementares:

1. Integração dos direitos humanos na Agenda 2030

O relatório destaca o esforço contínuo de incorporar os direitos humanos nos marcos nacionais de desenvolvimento sustentável, especialmente por meio dos Quadros de Cooperação da ONU. O OHCHR atuou na capacitação de países e na produção de análises que integram os princípios de não discriminação, igualdade de gênero e "não deixar ninguém para trás**"**.

Além disso, o Alto Comissariado exerce papel técnico relevante no monitoramento de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como mortes relacionadas a conflitos, assassinatos de defensores de direitos humanos e prevalência de discriminação.

Importante registrar que essa atuação demonstra que o desenvolvimento não é tratado apenas como crescimento econômico, mas como um processo orientado por direitos, com impacto direto sobre condições de vida e saúde das populações.

2. Financiamento do desenvolvimento e governança econômica

O relatório enfatiza a relação entre arquitetura financeira internacional, dívida pública e direitos humanos, defendendo uma "economia dos direitos humanos". Entre as ações destacadas estão: (a) participação em fóruns globais sobre dívida e financiamento; (b) apoio a Estados na gestão de endividamento com proteção de gastos sociais; (c) promoção da integração de direitos humanos em políticas fiscais, comércio e investimentos. Evidencia-se

como decisões macroeconômicas moldam os determinantes sociais da saúde — como acesso a serviços públicos, proteção social e redução de desigualdades.

3. Direito ao desenvolvimento

O OHCHR reforça o direito ao desenvolvimento como um direito humano coletivo e multidimensional, envolvendo cooperação internacional, justiça econômica e inclusão. As ações incluem: (a) apoio a países em desenvolvimento (incluindo países menos desenvolvidos e insulares); (b) integração de direitos humanos em políticas comerciais; (c) promoção de cooperação internacional (Norte-Sul e Sul-Sul).

4. Direitos econômicos, sociais e culturais

O relatório indica iniciativas voltadas à proteção social, trabalho, terra, urbanização e orçamento público, com exemplos concretos em diferentes países. Entre as ações: (a) análises de orçamento público com enfoque em saúde; (b) reformas em sistemas de proteção social; (c) fortalecimento de políticas anti-pobreza e direitos trabalhistas. O Alto Comissário evidencia as condições materiais que estruturam o bem-estar, enfatizando a abordagem do núcleo dos determinantes sociais da saúde.

5. Sistemas de cuidado e inclusão

O OHCHR aborda o fortalecimento de sistemas de cuidado inclusivos, especialmente para pessoas com deficiência, promovendo serviços baseados em direitos. O OHCHR deixa claro que o cuidado é reconhecido como componente essencial do desenvolvimento, conectando proteção social, gênero e saúde.

6. Meio ambiente, mudanças climáticas e direitos humanos

O relatório trata o desenvolvimento sustentável como inseparável da agenda ambiental, incluindo mudanças climáticas, poluição e biodiversidade. As ações incluem: (a) apoio a negociações internacionais ambientais; (b) promoção de justiça climática; (c) proteção de defensores ambientais; (d) disseminação de decisões judiciais internacionais sobre clima e direitos. Essa dimensão reforça os determinantes ecológicos da saúde, como qualidade do ar, água, território e segurança alimentar.

7. Corrupção e direitos humanos

O combate à corrupção é destacado como elemento essencial para o desenvolvimento, com ações de apoio institucional e fortalecimento da transparência, considerando que a corrupção compromete políticas públicas e amplia desigualdades, afetando diretamente o acesso à saúde e a outros direitos.

8. Empresas e direitos humanos

O OHCHR busca promover a responsabilização de empresas e a implementação dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo mecanismos de reparação, conectando desenvolvimento econômico com impactos sociais e ambientais, influenciando diretamente condições de saúde (trabalho, território, poluição).

O desenvolvimento, no marco do CDH, deixa de ser entendido como crescimento econômico isolado e passa a ser concebido como um processo multidimensional, centrado na dignidade humana, na equidade e na justiça social.

No pilar de **paz e segurança**, o OHCHR atua na integração de direitos humanos em missões de paz, prevenção de conflitos e resposta humanitária, incluindo mecanismos de alerta precoce e proteção de civis. Aqui, evidencia-se a relação direta entre violência, deslocamento forçado e condições de saúde.

O eixo de **não discriminação** abrange racismo, migração, direitos de povos indígenas, igualdade de gênero, direitos de pessoas LGBTIQ+ e envelhecimento, demonstrando a amplitude dos determinantes sociais da saúde relacionados à exclusão e desigualdade.

Em termos de ***accountability***, o relatório enfatiza justiça de transição, combate à impunidade, sistema penal e políticas antiterrorismo alinhadas aos direitos humanos, reforçando o acesso à justiça como componente fundamental do bem-estar social.

Por fim, o eixo de **participação** destaca o fortalecimento do espaço cívico, o papel da sociedade civil, a regulação de tecnologias digitais (incluindo inteligência artificial) e a educação em direitos humanos. Esses elementos são cruciais para a governança democrática e para a construção de ambientes sociais saudáveis.

Em suas conclusões, o relatório aponta que o mundo enfrenta um "ponto de inflexão", marcado por crises interligadas — conflitos, desigualdades, desinformação e retrocessos normativos — que intensificam vulnerabilidades e impactam desproporcionalmente grupos já marginalizados. Nesse contexto, os direitos humanos são apresentados como ferramenta indispensável para prevenção, resiliência e desenvolvimento sustentável.

Podemos reafirmar o papel normativo do sistema internacional de direitos humanos apresentados pelo Alto Comissário, mas também explicita a necessidade de abordagens integradas, nas quais a determinação social da saúde emerge como eixo analítico capaz de articular dimensões econômicas, ambientais, políticas e culturais dos direitos humanos.

Destaques da agenda da 62ª sessão do CDH

Painéis de discussão / Mesas redondas

1 – Mesa-redonda anual sobre os impactos adversos das mudanças climáticas nos direitos humanos

Tema: Facilitar caminhos concretos para impulsionar o financiamento climático no contexto do combate aos impactos adversos das mudanças climáticas na plena realização dos direitos humanos para todas as pessoas

2 – Debate anual sobre os direitos humanos das mulheres

Painel 1: Violência doméstica contra mulheres e meninas

Painel 2: Comemoração do Dia Internacional das Mulheres na Diplomacia, com foco no direito das mulheres ao trabalho e à representação na tomada de decisões

3 – Painel de discussão temático bienal sobre cooperação técnica e capacitação

Tema: Cooperação técnica e capacitação no apoio aos Estados para a plena e efetiva realização do direito de todas as pessoas ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental

Este terceiro painel em particular, há grande interesse para a saúde global tendo em vista que se afirma a cooperação técnica e o fortalecimento de capacidades como sendo ferramentas centrais por meio das quais os Estados, o sistema das Nações Unidas e outras partes

interessadas apoiam a concretização do direito ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental, particularmente em países de baixa e média renda e em contextos afetados por fragilidade, conflitos ou vulnerabilidades estruturais.

Segundo ainda a nota conceitual, em um momento de crescentes desigualdades globais na área da saúde, restrições fiscais cada vez maiores e emergências recorrentes de saúde pública — impulsionadas, em parte, por conflitos e mudanças climáticas —, o painel examina como a cooperação técnica e o fortalecimento de capacidades podem ser mais eficazes na promoção do direito à saúde e identifica as principais prioridades de ação.

O painel está agendado para ocorrer no dia 2 de julho, 15h-17h (Hora Genebra) e será transmitido ao vivo e depois, disponibilizado nos arquivos audiovisuais da WebTV UN.

Relatórios Temáticos / Diálogos interativos

1 – A saúde como fator promotor da dignidade (A/HRC/62/66)

2 – Acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde (A/HRC/62/32)

3 – Direitos humanos das mulheres (A/HRC/62/23, A/HRC/62/41, A/HRC/62/46, A/HRC/62/48, A/HRC/62/49, A/HRC/62/63)

4 – Sistemas alimentares, mudanças climáticas e saúde (A/HRC/62/44)

Acompanhamento da 62ª sessão do CDH

Para acompanhamento e acesso direto às informações oficiais da 62ª sessão, pode-se consultar:

- Página geral da sessão (agenda, programação e atualizações): https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session62/regular-session
- Agenda online dos eventos da sessão: https://hrc62session.sched.com/
- Documentação oficial (relatórios, resoluções e declarações): https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session62/documentation
- Acervo de vídeos do CDH (vídeos recém adicionados e subcategorias): https://webtv.un.org/en/search/categories/meetings-events/human-rights-council

Nessas páginas encontram-se, de forma integrada, a agenda detalhada, os documentos submetidos, notícias institucionais e transmissões audiovisuais das reuniões, constituindo um ecossistema digital de transparência e participação.

Referências

UNITED NATIONS. Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR). *Human Rights Council – 62nd regular session.* Geneva: OHCHR, 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session62/regular-session. Acesso em: 21 jun. 2026.

UNITED NATIONS. Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR). *Documentation – Human Rights Council, 62nd session*. Geneva: OHCHR, 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session62/documentation. Acesso em: 21 jun. 2026.